

Ata da 32ª Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal – Consea/DF, em 28 de novembro de 2013.

1 No dia 28 de novembro de 2013, às 8h30, no Ed. Nazir I, auditório da cobertura, o
2 secretário executivo do Consea-DF, Hérmãos Machado iniciou a 32ª Reunião
3 Ordinária do Consea – DF com a seguinte pauta: (1) Abertura; (2) Aprovação da
4 pauta; (3) Termo de Adesão/PAA; (4) Avaliação 2013 e Planejamento 2014; (5)
5 Apresentação do Plano Distrital de Educação Alimentar e Nutricional - EAN; (6)
6 Encontro Preparatório para IV CNSAN + 2; (7) Debate; (8) Escolha dos delegados
7 distritais; (9) Informes; (10) Palavra dos conselheiros e (11) Encerramento. Os
8 presentes na reunião foram: a presidente do Conselho Abail Ferreira; da Secretaria
9 de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda o conselheiro titular
10 Daniel Seidel; da Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento a conselheira
11 suplente Elaine Corradini; da Secretaria de Estado de Saúde as representantes
12 Mariana Martins e Dillian César; da Secretaria de Estado do Entorno do Distrito
13 Federal a conselheira suplente Margarete Gomes; da Secretaria de Estado da
14 Fazenda o conselheiro suplente Hormino de Almeida Júnior; da Cáritas Brasileira o
15 conselheiro titular José Boaventura Teixeira; do Departamento de Nutrição FS/UNB
16 a conselheira titular Anelise Rizzolo de Oliveira Pinheiro; da Organização não
17 Governamental – GENESIS a conselheira suplente Ana Maria Campani; do Centro
18 Comunitário da Criança de Ceilândia a conselheira titular Rita Silva Ramos; da
19 Associação Etnias Ciganas do DF e Entorno -ACEC o conselheiro titular Elias Alves
20 da Costa; do Instituto de Cooperação Desenvolvimento Humano e Social – CODHES
21 a conselheira suplente Elza Caetano; da Casa Afro-cultural e de Assistência Tenda de
22 Oxalá o conselheiro titular André Luiz de Souza Santos; do Instituto Brasil Floresta
23 Sagrada – IBRAFS o conselheiro suplente Alexandre Silveira de Souza; dos
24 Indígenas do Noroeste o conselheiro titular Rafael Wedero Wa Were E; da
25 Cooperativa dos Produtores do Mercado Orgânico de Brasília – COOPERORG a
26 conselheira titular Adelina Justino da Costa Melo; da Pastoral da Pessoa Idosa a
27 conselheira titular Ana Maria Ferreira Melo; da Comunidade de Paranoá e Itapuã –
28 CEDEP a conselheira titular Maria de Lourdes Pereira de Oliveira e a conselheira
29 suplente Maria de Lourdes Pereira dos Santos; do conselho Regional de
30 Nutricionista – CRN a conselheira titular Mara Saleti De Boni; do Conselho de
31 Desenvolvimento Rural Sustentável do Distrito Federal - CDRS a conselheira titular
32 Maria do Socorro Marques Miranda e a conselheira suplente Cleusa Maria da Silva;
33 da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos – ABRANDH a conselheira
34 titular Marília Leão; do SESC-MESA BRASIL a conselheira titular Marlete Ribeiro
35 Carvalho de Salles Oliveira; do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e
36 Nutrição – OPSAN a conselheira titular Elisabetta Recine; os delegados da IV

37 CNSAN: Geovana Jaqueline da Silva e Osvaldo de Souza Ferreira; da Secretaria
38 Executiva do CONSEA DF Hérmãos Moreira Machado e a Assessora Rosângela
39 Oliveira Freire e os convidados: pela SUBSAN/SEDEST: Augusta Bengard, Gláucia
40 Pereira, Bruna Gabriella, Fernanda Vale e os estagiários: Lorena Resende, Aline
41 Fialho e Débora Magalhães; o ciano Elivelton Alves da Costa; da Nusan/OPSAN
42 Bruna Nunes, Giselle Garcia e Camila e o representante da SEAGRI Lúcio Flávio da
43 Silva. O Secretário Executivo Hérmãos Machado, deu boas vindas a todos e todas,
44 dando início a 32ª plenária, justificando a ausência da presidente Abail Ferreira
45 que como juíza de paz, foi convocada para realizar casamentos pela manhã, mas,
46 a partir das 11h estará presente na reunião do conselho. Continuou convidando
47 para compor a mesa o conselheiro José Boaventura Teixeira, a representante da
48 Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional Augusta Bengard e o
49 representante da SEAGRI Lúcio Flávio da Silva – Coordenador de Compras
50 Institucionais, e todos da mesa se apresentaram e deram boas vindas. Augusta
51 Bengard da coordenação Estratégica de Políticas de Segurança Alimentar e
52 Nutricional apresentou o Plano de Educação Alimentar e Nutricional - EAN da
53 SUBSAN/SEDEST para 2013 – 2015. A Educação Alimentar e Nutricional – EAN e
54 seu processo em construção; Atualmente EAN está inserida no âmbito das políticas
55 públicas, na promoção da saúde e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O
56 Plano de EAN foi fundamentado nos princípios do Marco de Referência de EAN para
57 Políticas Públicas (MDS), no Guia Alimentar para a População Brasileira e no Plano
58 Nacional de SAN; foi construído na SUBSAN/Diretoria de EAN em parceria com
59 OPSAN – UNB. O conceito: “É um campo de conhecimento e de prática contínua e
60 permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a
61 prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática de EAN
62 deve fazer uso de abordagem e recursos educacionais problematizadores e ativos
63 que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando
64 todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e
65 significados que compõem o comportamento alimentar”. O Plano de Educação
66 Alimentar e Nutricional - Apresenta objetivos, projetos e metas para ações de EAN
67 a serem implementadas no âmbito das políticas estratégicas da SEDEST. Incorpora
68 ações e projetos de EAN de maneira transversal aos programas de SAN e do SUAS
69 de responsabilidade da SEDEST. Avança em estratégias de alcance mais
70 universalizado da informação (rádios comunitários, *internet*) para abranger um
71 público maior e universal. Os fundamentos do Plano EAN - Princípios do DH e o
72 DHAA; Conceitos de SAN e AAS; Educação problematizadora e transformadora;
73 Cultura alimentar local; Apoderamento para a cidadania; Gênero; Promoção da
74 saúde; Sistema alimentar; Intersetorialidade; Sustentabilidade social, ambiental e

75 econômica; Autonomia dos sujeitos, e todas estas características foram observadas
76 para construção do plano. O Plano de EAN tem como objetivo central: Integrar a
77 Educação Alimentar Nutricional às ações estratégicas da SEDEST a fim de fomentar
78 a autonomia da população nas escolhas por práticas alimentares adequadas e
79 saudáveis e para a construção da cidadania da população atendida em
80 equipamentos públicos do SUAS e do SISAN. Citou os objetivos até 2015: Planejar
81 e priorizar as ações de EAN de maneira articulada às ações estratégicas da
82 SEDEST; Planejar e implementar ação informativa de veiculação através de meios
83 de comunicação do DF; Dar seguimento, reestruturar, qualificar e ampliar a
84 magnitude e cobertura das ações de Educação Alimentar Nutricional previstas;
85 Definir o caráter permanente para as ações de EAN na agenda estratégica da
86 SEDEST, planejando as ações e os projetos para o próximo triênio e Identificar
87 outros lócus potenciais para implementação de ações de EAN, em parceria com
88 outros setores públicos, setor privado que tenha aderido ao SISAN e setor
89 acadêmico. Elementos e conceitos estratégicos - Sujeitos das ações: a família e a
90 comunidade; O nível de intervenção: é o coletivo; O caráter das ações: poderá ser
91 universal (aplicável a todas as fases do curso da vida) ou específico (direcionadas a
92 fases específicas do curso da vida). A orientação nutricional individualizada não é
93 uma estratégia de EAN contemplada neste Plano. A partir desses conceitos foram
94 definidos objetivos estratégicos para cada lócus de atuação: Os Equipamentos
95 públicos de EAN, os restaurantes comunitários - Realizar troca de saberes sobre
96 alimentação, com ênfase em adoção de práticas e hábitos alimentares conscientes,
97 sustentáveis, adequados e saudáveis, com a utilização de abordagem apropriada à
98 realidade local e às distintas fases do curso da vida; Fomentar a apropriação do
99 espaço do Restaurante Comunitário como local de uso coletivo público, de
100 integração social, troca de saberes, atividades educativas, culturais e informativas;
101 promover ações de valorização da alimentação realizada dentro e fora do RC como
102 momento de convívio familiar e comunitário; Projetos que estão desenvolvendo nos
103 restaurantes comunitários: datas comemorativas, cultura também alimenta, mídias
104 educativas e ação no RC. Rede SUAS – O Serviço de Convivência e Fortalecimento
105 de Vínculos – SCFV-Planejar conjuntamente com servidores da SUBSAS a
106 estratégia de intervenção educativa, de acordo com a realidade do equipamento;
107 Capacitar os educadores dos SCFV sobre temas relacionados à EAN, alimentação
108 adequada e saudável, DHAA e SAN visando à formação de multiplicadores dos
109 conceitos e práticas adquiridos; Promover a adoção de práticas alimentares e
110 modos de vida conscientes, sustentáveis, adequados e saudáveis, integração com o
111 meio ambiente e sustentabilidade, pelos usuários; Resgatar o conhecimento e as
112 tradições alimentares das pessoas idosas participantes do serviço; Promover a

113 prática entre as gerações para o desenvolvimento das atividades; Fomentar a
114 crítica sobre a influência da mídia, com destaque para a temática do consumo
115 alimentar; Fomentar a reflexão, apropriação do território e reconhecimento do
116 sistema alimentar da região. Projeto que está sendo trabalhado "Compartilhando
117 Sabores e Saberes". Nas Casas Lares - Planejar conjuntamente com a equipe da
118 SUBSAS a estratégia de intervenção educativa de acordo com a realidade do
119 equipamento; Promover formação dos cuidadores em manipulação de alimentos,
120 DHAA e Estratégia Nacional para Alimentação Complementar Saudável - ENPACS;
121 Capacitar os cuidadores para reconhecer e encaminhar ao Sistema de Saúde as
122 situações que demandem atenção nutricional individualizada; Promover educação
123 alimentar e nutricional, cidadã e ambiental, fomentando o autocuidado, autonomia
124 e a inclusão social; Fomentar a crítica sobre a influência da mídia, com destaque
125 para a temática do consumo alimentar; Fomentar a reflexão, apropriação do
126 território e reconhecimento do sistema alimentar da região. Projeto das Casas
127 Lares: implantação de horta comunitária. Giração - Planejar, conjuntamente com a
128 equipe de educadores locais, a estratégia de intervenção educativa de acordo com
129 a realidade do equipamento; Promover formação dos educadores em DHAA,
130 promoção da alimentação consciente, adequada, saudável e sustentável; Promover
131 educação alimentar e nutricional, cidadã e ambiental através da implantação de
132 horta, fomentando o autocuidado, autonomia e a inclusão social. O Centro de
133 Referência para População de Rua – Centro POP - Promover atividades planejadas,
134 em conjunto com a equipe do Centro POP, integradas às oficinas já desenvolvidas
135 pela unidade, abordando o tema DHAA e promoção da alimentação consciente,
136 sustentável, adequada e saudável direcionadas à realidade dos frequentadores do
137 local; Promover educação alimentar e nutricional, cidadã e ambiental através da
138 implantação de horta, fomentando o autocuidado, autonomia e a inclusão social.
139 Projeto: EAN no Centro POP. O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS -
140 Promover atividades planejadas, em conjunto com a equipe do CRAS, abordando o
141 tema DHAA e promoção da alimentação consciente, sustentável, adequada e
142 saudável direcionadas à realidade dos frequentadores do local, para famílias
143 atendidas pelo Bolsa Família. Os Projetos: Projeto "Compartilhando Sabores e
144 Saberes"; Projeto horta comunitária – Giração e Casas Lares e Projeto Horta Centro
145 Pop Taguatinga. O Provisan – Programas Sociais, Creches e Entidades Sócio
146 Assistenciais - Planejar, conjuntamente com a equipe local, a estratégia de
147 intervenção educativa de acordo com a realidade da instituição; Promover formação
148 de multiplicadores de SAN, DHAA e promoção da alimentação saudável; Promover
149 educação alimentar e nutricional, cidadã e ambiental por meio de atividades
150 participativas, promovendo o autocuidado, autonomia e a inclusão social. Projeto

151 Piloto é a "Casa de Ismael" Lócus não vinculados diretamente a SEDEST – Rádio
152 Cultura FM e Redes Sociais - Promover informações sobre alimentação e nutrição à
153 população do DF e entorno. Projeto "EAN no Ar"; os Assentamentos Rurais:
154 Promover a reflexão conjunta do conhecimento sobre o sistema alimentar, desde a
155 produção até o consumo; Fomentar a adoção de modelos de produção
156 sustentáveis; Debater sobre a relação entre o consumo dos alimentos produzidos e
157 a saúde individual e coletiva da população e Promover a multiplicação do
158 conhecimento sobre EAN através das lideranças locais. Projeto "EAN no Ar" e para
159 os Povos e Comunidades Tradicionais e de Terreiro - Promover a reflexão e
160 articulação sobre produção de alimentos de modos de vida sustentáveis; Debater
161 sobre a relação entre o consumo dos alimentos produzidos e a saúde individual e
162 coletiva da população; Promover a multiplicação do conhecimento sobre EAN
163 através das lideranças locais. Finalizou falando da previsão orçamentária do Lócus
164 de Atuação da primeira etapa de R\$ 518.111,36 e para segunda etapa R\$
165 406.600,40 que será ainda aprovada pelo gabinete. A Sra Augusta se colocou a
166 disposição para dúvidas e esclarecimentos. O conselheiro Teixeira falou da
167 estimulação de alimentos orgânicos e agroecologia, visão critica do alimento como
168 mercadoria. Falou sobre a divulgação que a Cáritas coordena: um programa na
169 rádio Nova toda quinta-feira, às 10h, e o programa Rede Imaculada em
170 Taguatinga-DF, que pode ser utilizado para divulgação do plano de EAN e
171 interesses do próprio Conselho. A Sra Elisabetta fez uma solicitação para que a
172 SEDEST apresentassem também as metas e prazos dessas ações, que é
173 fundamental para o monitoramento das mesmas. Anelise perguntou como percebe
174 o plano como eixo articulador? A Sra Elza Caetano, perguntou como está a parceria
175 com a Secretaria de Educação, ensino fundamental e médio, e que no inicio da
176 semana esteve em visita junto com o secretário de Educação, em Brasília e
177 disse que lá vai ter um projeto piloto de cidade-escola, então, como o conselho
178 pode caminhar junto e com legalidade nesta parceria. Teixeira, falou do filme de
179 Sílvio Tendler " O Veneno está na Mesa", e vai ser lançado " O Veneno Está na
180 Mesa 2" que fala dos trágicos efeitos dos agrotóxicos, fica como sugestão para EAN.
181 Augusta respondeu sobre os agrotóxicos e a visão crítica, as ações estão voltadas
182 para estes aspectos. Foi pedido para ASCOM para publicação no site do plano de
183 EAN mais detalhado, juntamente com ações e prazos. Sobre a questão do
184 orçamento foi passado para o gabinete para ser aprovado. Tem ações com a
185 Secretaria da Criança e com a Secretaria da Educação, com agenda marcada com o
186 projeto Brincando de comer e outras ações que não foram faladas. Bruna falou
187 que estão capacitando a base, os diretores e servidores formando-os em
188 multiplicadores da segurança alimentar e nutricional, para, por fim chegar a uma

189 estratégia para trabalhar com os adolescentes, sendo estes o público alvo.
190 Fernanda disse que vão começar com as creches para depois avançar para todo
191 círculo de vida e disse também que seria ótimo ter um espaço no projeto piloto
192 cidade-escola. Hérmãos agradeceu a apresentação da coordenadora Augusta
193 Bengard e sua equipe, passando a palavra para o Sr Lúcio Flávio da SEAGRI para
194 apresentação do Termo de Adesão/PAA. Lúcio Flávio, Coordenador de Compras
195 Institucionais da SEAGRI, se apresentou e começou explicando que coordenam o
196 PAA- Programa de Aquisição de Alimentos – o programa está sofrendo algumas
197 mudanças e vamos apresentar o Termo de Adesão 0098/2012 e os prazos que
198 temos que cumprir para adesão. O Termo de Adesão é um novo Modelo do PAA
199 conforme a Lei nº12.512/2011 Art. 20, o PAA passa a ser executado também em
200 parceria com Estados, Municípios que aderirem ao Programa, por meio de Termo de
201 Adesão e que na verdade existe um pacto para execução "...A alocação de recursos
202 do Governo Federal no novo modelo se dá no pagamento diretamente aos
203 agricultores familiares participantes do Programa, por intermédio de instituição
204 financeira federal. As entidades executoras que aderirem ao PAA também poderão
205 receber apoio financeiro do Governo Federal, para contribuir para a
206 operacionalização de metas do Programa." A publicação do Termo de Adesão está
207 no DOU de 31 de maio de 2013, portaria n. 55 de maio de 2013. O resumo do
208 Plano Operacional são R\$ 2.870.500,00 para atendimento de 638 Produtores e de
209 110 Entidades Beneficiárias. Esta aplicação demorou muito para rodar, motivo do
210 atraso da execução e informou o *site aplicacoes.mds.gov.br/sispaa*, falando que
211 inclusive a Presidente Abigail Ferreira pode pedir ao MDS uma senha de acesso, que
212 não seria uma senha de executor mas que daria condição do conselho fazer o
213 acompanhamento acessando todas as planilhas. Lúcio Flávio falou que o Consea é
214 o órgão de controle social, tendo então as atribuições de acompanhar a
215 implementação do programa; avaliar periodicamente a implementação, o que está
216 sendo feito agora; acompanhar o uso dos recursos repassados pelo Ministério a
217 título de apoio financeiro e comunicar o GDF e ao MDS qualquer irregularidade na
218 implementação do Programa. Houve alterações com a forma de pagamento, hoje
219 no momento que fechar a proposta o MDS vai solicitar emissão de cartão para os
220 produtores sendo um cartão bancário emitido em favor do Agricultor Familiar; com
221 Pagamentos até o último dia útil do mês; com Nota emitida em favor do MDS; o
222 executor gera folha de pagamento e periodicidade de pagamento mensal. Com
223 relação ao beneficiário, o fornecedor que é o Agricultor Familiar, ele solicita a
224 adesão ao Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade Termo de Adesão,
225 através de formulário, relacionando e selecionando os produtos a ser fornecido, e
226 declarando ter conhecimento dos normativos operacionais, constantes do Manual

227 de Operação para Participação no Programa de Aquisição de Alimentos do
228 MDS/SEAGRI e que o (s) produto (s) que será (ão) comercializado (s) é (são) de
229 sua produção. Lúcio Flávio explicou que o pagamento será feito diretamente ao
230 agricultor, a partir das informações inseridas no SISPA, com a autorização da
231 SESAN/MDS. Cada agricultor familiar que fornece alimentos terá um cartão
232 magnético e receberá o pagamento por meio dele. Os requisitos para ser o
233 beneficiário fornecedor: Ser da Agricultura Familiar - Lei 11326/2006; Ter DAP e
234 Pactuar Entrega. A Lei 7.775/2012 (art. 9º); a Resolução 59/2013 GGPA - Grupo
235 Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos, definem quem é o público
236 beneficiário que são as entidades sócio assistenciais, é feita uma seleção dessas
237 entidades, elas são visitadas para monitoramento e quando é detectado um
238 problema, uma irregularidade com a entidade, ela não recebe, sendo desativada do
239 programa; a Resolução 62/2013MDS/SESAN e Resolução 59/2013 - Art. 2º -
240 Parágrafo único: Os alimentos adquiridos no âmbito desta modalidade poderão ser
241 destinados para: I - o consumo de pessoas ou famílias em situação de insegurança
242 alimentar e nutricional; II - o abastecimento da rede sócio assistencial; III - o
243 abastecimento de equipamentos de alimentação e nutrição; IV - o abastecimento
244 da rede pública e filantrópica de ensino; e V - outras demandas a serem definidas
245 pelo GGPA, e o Art. 4º - Parágrafo único. Nos casos de atendimento às redes de
246 ensino, os projetos ou propostas de participação deverão ser aprovados pelo
247 Responsável Técnico do Programa de Alimentação Escolar no município ou estado.
248 Os relatórios de atividades: as Entidades Cadastradas são 167; Entidades
249 Vinculadas são 137; Produtores Cadastrados são 4.580 e Produtores Vinculados são
250 653. Foram cadastrados alguns produtores com a cota R\$ 1.000,00 que haviam
251 entregado já do PAA convênio. A operação se dá com o recebimento dos produtos
252 nas URDAS - Unidades de Recepção e Distribuição de Alimentos; emissão do TRA -
253 Termo de Recebimento e Aceitabilidade para Beneficiários Consumidores e
254 Fornecedores; emissão de NF em favor do MDS; emissão de Folha de Pagamento e
255 Crédito em conta BB. A definição de preços baseado na Resolução Nº 59/2013, do
256 GGPA, conforme o Art. 7º. - ...definido pela média de 3 (três) pesquisas de preços
257 praticados no mercado atacadista local ou regional, apurados nos últimos 12 (doze)
258 meses, devidamente documentadas e arquivadas na Unidade Executora por pelo
259 menos 5 (cinco) anos; § 1º No caso de produtos sem referência no mercado
260 atacadista local ou regional, pode-se utilizar os preços pagos aos produtores no
261 mercado local; § 2º ... agroecológicos ou orgânicos, admitem-se preços de
262 aquisição com acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços
263 estabelecidos para produtos convencionais, consoante disposto no art. 17; § 3º Os
264 preços do mercado local ou regional divulgados na rede mundial de computadores

265 pela CONAB para o PAA poderão ser utilizados pelas demais unidades executoras e
266 § 4º ...validade por um intervalo de 12 (doze) meses, sendo que, durante este
267 período, caso algum produto apresente significativa alteração de preço no mercado,
268 os fornecedores poderão solicitar à Unidade Executora alterações nos valores em
269 vigor, com as devidas justificativas.” Na proposta do Termo de Adesão do PAA é
270 bem diferente do PAA Convênio, o produto fica vinculado a entidade e não ao
271 produtor, é a entidade vinculada ao produto que vai receber. O produtor que
272 programou entregar mandioca não adianta querer entregar abóbora que não
273 consegue, só o produto que ele pactuou. A proposta que foi apresentada pelo MDS
274 é exatamente esta, o controle total do que vai ser entregue e quando vai receber.
275 O limite para cada produtor é de R\$ 5.500,00/DAP/ano e quem encerrou a cota de
276 4500,00 poderá entregar saldo remanescente. Finalizou dizendo, que estão a
277 disposição para esclarecimentos de dúvidas, e continuou dizendo que eles fizeram
278 as seleções das entidades, eles procuram a ajuda do Consea-DF, o programa está
279 iniciando agora e o Consea tem muito a contribuir, sendo da competência do
280 conselho acompanhar este processo. Hérmanos falou que a proposta do Termo de
281 Adesão do PAA foi enviada por e-mail, a todos os conselheiros e parabenizou à
282 todos pelos vários questionamentos, (mais de 20). Hérmanos leu o parecer feito
283 pelo o Consea-DF para o Termo de Adesão do PAA, e que seria feita a aprovação
284 final neste momento, e passou a palavra para os conselheiros. Anelise Rizzolo falou
285 que acredita profundamente no PAA, que o conselho tem realmente de se apropriar
286 para entender para melhor monitorar e acompanhar o programa, e tendo este
287 compromisso, como então que o Consea-DF pode fazer este monitoramento e quer
288 saber quais foram os critérios de seleção das entidades, uma vez, que existem
289 entidades com fins lucrativos beneficiadas com o programa. Marília Leão agradeceu
290 a vinda do Lúcio Flávio que veio prestar os esclarecimentos, e que ela foi uma das
291 pessoas que solicitou esta apresentação da proposta do Termo de Adesão do PAA e
292 os esclarecimentos, e o motivo não foi de atrasar ou atrapalhar e sim de contribuir.
293 Falou que como Anelise Rizzolo disse da importância desta política pública, e a
294 proposta mais ampla do PAA que é a redistribuição de renda, de pegar dinheiro do
295 Estado e entregar diretamente para os mais pobres, para os produtores mais
296 pobres que estão produzindo alimentos, fortalecendo a agricultura familiar. Marília
297 sugeriu um GT para acompanhamento de apoio e monitoramento do programa, de
298 maneira mais organizada e eficiente. Outra sugestão é a importância de fortalecer o
299 coletivo dos produtores gerais e específicos do PAA, que muitas vezes tem
300 dificuldades de transportes, armazenamento etc, então, pensar em formas de
301 fortalecer, dar assistência técnica e suporte aos produtores do PAA. Finalizou
302 dizendo que o conselho tem que dar um voto de confiança aos gestores do PAA,

303 aprovar o Termo de Adesão, continuar monitorando as entidades e que os critérios
304 de seleção das entidades têm que ficar bem claras e transparentes e ser colocadas
305 na internet. O conselheiro Teixeira ratifica as palavras da conselheira Marília Leão
306 na aprovação do Termo de Adesão e que alguns movimentos sociais ligados ao
307 campo têm elogiado, dizendo que é um dos melhores programas, e que tem duas
308 propostas. Uma é de organizar um GT para acompanhamento em todas as faces e
309 que tenha rodízio no grupo, de maneira que todos os conselheiros participem e a
310 outra e de tentar mobilizar outros Conseas que se manifestem na importância deste
311 programa ser ampliado e fortalecido. Elisabetta Recine pediu para voltar o slides na
312 parte do papel do Consea dentro do PAA, e que não se sente a vontade diante
313 destes quatro pontos, que o conselho tem que ir atrás de adotar processos para
314 realizar o acompanhamento e monitoramento do programa de maneira adequada.
315 Que sua fala não está colocando em dúvida o processo neste momento dentro do
316 Distrito Federal, e que o conselho tem que se qualificar e se preparar para cumprir
317 adequadamente suas funções. O compromisso do Consea com o processo
318 permanece independente de governo. O conselho precisa aproveitar a conjuntura
319 política favorável da organização civil e dos movimentos sociais. Disse quanto
320 conselheira declara que pessoalmente é a última vez que abre exceção para
321 contribuir um Ad Referendum como este, a não ser que surja uma exceção muito
322 grande. Falou que a secretaria executiva fazer o monitoramento não quer dizer que
323 o conselho se apropriou da situação e que a Abiaíl assina pelo conselho, mas que
324 todos estão atrás da presidente do Consea, que tem que ter um comitê gestor
325 misto urgente e as informações tem que estar disponíveis. A conselheira Cleusa
326 falou que o conselho tem entrado nestes processos de aquisição de alimentos,
327 adquirindo atribuições e compromissos cada vez maior num processo de
328 crescimento de muita complexidade que é o programa de combate à fome e a
329 miséria do qual, tem que ver a forma de trabalho. Falou de um fomento maior e
330 acompanhamento para as áreas mais carentes, se referindo aos chacareiros
331 isolados que passam fome. Finalizou parabenizando o conselho pelo interesse e
332 compromisso a caminho de mudar a situação da fome e miséria no DF. Augusta
333 Bengard falou que cada vez mais fica emocionada encantada com estas questões
334 de segurança alimentar e nutricional e continuou dizendo da experiência que teve
335 junto ao PNAE. Ela citou a preocupação quanto a qualidade dos produtos e
336 alimentos que estão sendo distribuídos pela agricultura familiar. O conselheiro
337 André Luiz questionou se é pelo PAA ou pelo PNAE a solicitação da aquisição dos
338 alimentos da agricultura familiar para as escolas, cabe a quem este quantitativo dos
339 alimentos da agricultura familiar e propôs se possível o aumento da quantidade de
340 alimentos naturais fornecido nas escolas. Lúcio Flavio para responder as perguntas

341 feitas começou agradecendo o acolhimento do conselho junto a gestão deste
342 programa, e como gestor e representante da Secretaria de Agricultura, entende
343 que quanto mais os movimentos sociais estiverem próximos, melhor, porque
344 trabalham com transparência e tem total tranquilidade no que estão fazendo. Pediu
345 desculpas pelo tempo curto dado ao conselho para o parecer, considerando que o
346 produtor não perdesse o acesso dessa política pública com essa magnitude e
347 importância. Falou que trouxe as atribuições do Consea e que elas estão no
348 processo de Termo de Adesão, e foi uma provocação mesmo e pelos
349 questionamentos feitos, foi bom que funcionou. A seleção das entidades são as
350 mesmas da operação do PAA convênio, as entidades tem que ser sócio
351 assistenciais, sem fins lucrativos, o CNPJ tem que ser 3999 (entidade com
352 filantropia), tem que ser participantes das redes sócio assistenciais do GDF, falou
353 que seguem todos estes critérios e aparecendo alguma irregularidade a entidade é
354 retirada deste processo. Quanto a participação das DAPs jurídicas o MDS não
355 liberou ainda no Termo de Adesão, então, estão esperando a liberação.
356 Respondendo sobre a estruturação do programa Termo de Adesão, disse que vão
357 ser destinados os materiais de consumo e investimentos e equipamentos já
358 utilizados no PAA convênio, e além disso tem o convênio com SUDECO -
359 Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste que já está assinado e
360 reservado, assim, vão construir cinco Unidades de Distribuição de Alimentos -
361 URDA, porque as que usam hoje foram cedidas como empréstimo. Falou também
362 do programa do PAPA, e disse que o GDF tem dificuldades para celebrar mais
363 contratos por falta de pessoal para ser executores destes contratos, então, estão
364 conversando para ser criar uma central para estas organizações destes contratos,
365 para fazer relação de vendas com as entidades para fazer um contrato só. Com
366 relação a participação do PNAE com o PAA na escola, o ministério não diz que é
367 proibido fazer mas para não ir muito além no atendimento das demandas das
368 escolas. O PAA conseguiu dar apoio há algumas escolas através da associação de
369 pais e mestres. Respondendo a conselheira Cleusa, disse que a Emater celebrou um
370 convênio com o MDS para atender 500 famílias abaixo da linha da pobreza com
371 renda per capita abaixo de R\$ 70,00, sendo um trabalho de desenvolvimento e de
372 fomento. Já foram visitadas 400 famílias para aquisição desta política. Para o
373 próximo Termo de Adesão tentar trazer estas famílias na qualidade de fornecedor.
374 Falou que os produtores tem que ter um mínimo de organização bem preparado,
375 para chegar a ser um fornecedor, porque tem que manter a qualidade dos
376 produtos, tem todo trabalho de extensão rural para acompanhar, programas de
377 boas práticas agrícolas que visa cuidar da sanidade destas frutas e verduras e
378 vários cursos que estão sendo ministrados neste sentido. Finalizou parabenizando o

379 conselho, tem ser crítico e apoderar das questões propostas, e que realmente quer
380 que o Consea participe mais. Hérmanos falou que foi solicitado pela secretaria
381 executiva e Lúcio Flávio encaminhou, os cadastros de todas as entidades com
382 endereço, telefone e contatos do responsável pela entidade. E respondeu ao
383 conselheiro Teixeira sobre a estrutura do Consea-DF, e disse que a estrutura é boa.
384 Hérmanos falou que precisa ser ratificado o parecer do Termo de Adesão do PAA e
385 perguntou ao pleno qual a deliberação. O Termo de Adesão ao PAA foi aprovado
386 por unanimidade. Para dar continuidade a pauta Hérmanos Machado passou a
387 palavra para a conselheira Elisabetta Recine que explicou que foi elaborada uma
388 proposta pelo GT para os trabalhos da plenária a qual seria dividida em grupos para
389 discutir e avaliar a Avaliação 2013 e Planejamento 2014 no período da manhã, e a
390 tarde fazer o Encontro Distrital Preparatório para a 4ª CNSAN + 2, que vai ser
391 realizada em março de 2014 em âmbito nacional. Fazer a discursão e eleger os
392 delegados, e para que esta plenária consiga manter esta agenda sugeriu fazer uma
393 roda única, fazer as discursões propostas e assim liberaria do tempo de
394 apresentação na plenária. Perguntou se aprovavam a sugestão, e assim ficou
395 aprovada pela plenária, dando seguimento aos trabalhos, pedindo que os
396 conselheiros se organizassem em um grande círculo. Elisabetta também sugeriu
397 para dar melhor andamento aos trabalhos, um coordenador para as conversas, dois
398 relatores e um coordenador do tempo, ficando a conselheira Elisabetta Recine
399 coordenadora das conversas, Bruna e Giselle como relatoras e o conselheiro André
400 Luiz como coordenador das inscrições e de tempo. Elisabetta leu um resumo
401 preparado pela secretaria executiva, retrospectiva do Consea-DF de 2013, assim
402 ficou aberto para inscrições. Iniciando com a conselheira Anelise Rizzolo que trouxe
403 a questão de como organizar melhor o processo de trabalho interno do Consea/DF,
404 dizendo que atualmente esse tempo não está sendo suficiente para finalizar as
405 discussões, um período apenas acaba sendo insuficiente para as demandas e
406 discussões. A Conselheira propôs ainda que, conforme a Rede que será articulada
407 na região para implementação do SISAN no âmbito do DF, pelo OPSAN/UnB que
408 concorreu ao Edital do MDS, tem essa proposta de organização das instâncias do
409 SISAN (Consea e Caisan) no âmbito regional do Centro-Oeste. A proposta é de que
410 esse grupo organize internamente o plano de trabalho do Consea. A conselheira
411 Elisabetta falou que as plenárias do Consea/DF são plenárias silenciosas. O Grupo
412 de Trabalho, vem organizando atualmente os processos de trabalho do Conselho,
413 se apropriam dos temas e debates, mas de uma forma macro há baixa participação
414 e empoderamento da plenária como um todo. Esse processo precisa ser modificado
415 de forma a trazer maior eficiência. (após encaminhamento das exposições de
416 motivos) – Sugestão é a organização de uma equipe técnica que possa prestar

417 apoio à secretaria-executiva do Consea que hoje encontra se reduzida a um
418 número pequeno de pessoas (Hérmanos e Rosângela). A Conselheira Rita afirmou o
419 mesmo e que o Consea-DF hoje tem um orçamento próprio mas ainda pequeno,
420 que em algumas ações realmente o conselho foi guerreiro, apesar das dificuldades,
421 e que necessita mesmo de uma equipe técnica para dar assessoramento técnico
422 para os grupos de trabalho, e sobre o tempo das reuniões realmente está curto
423 para a demanda das agendas. Augusta Bengard, falou da questão da plenária se
424 posicionar mais, e as vezes é por causa da falta de conhecimentos, e sugeriu
425 capacitações de certos assuntos para o Conselho. O conselheiro Teixeira disse que
426 a proposta é realmente organizar melhor os processos de trabalho. A plenária
427 deveria se constituir como um espaço à apresentação das exposições de motivos
428 dos GT, seguido de um debate, para após realizar os encaminhamentos
429 necessários. Outra sugestão é no sentido de instituir Comissões Permanentes por
430 um determinado tempo – responsável por estudar as políticas e programas do
431 ponto de vista econômico, político e social. A conselheira Mara do Conselho
432 Regional de Nutricionistas falou sobre as atividades de 2013 e dar continuidade ao
433 trabalho realizado, as reivindicações feitas para que não se perca as conquistas. A
434 outra sugestão é realmente instituir novos GTs discutindo temas mais focados,
435 organização de discussões e debates mais específicos por áreas. A sugestão de
436 Mariana Martins é focar no empoderamento, principalmente das secretarias. Para
437 que os gestores possam realmente conhecer as demandas das populações
438 descobertas pelos serviços e ações garantidores de SAN, já que estes indivíduos
439 são realmente os que podem fomentar e mobilizar mudanças, de fato. A pessoa
440 que possa tomar a decisão deve começar a participar de fato do Conselho. Disse
441 também que outra necessidade é o envolvimento e comprometimento real dos
442 indivíduos dos GTs, para que não se perca as discussões e tenha um
443 empobrecimento nas participações das plenárias. O Consea deve cobrar a
444 participação dessas pessoas para não interromperem as discussões no meio. A
445 conselheira Eliane disse que o Conselho deve realmente acompanhar os programas,
446 como a exemplo do discutido na plenária de hoje PAA, em que existe um número
447 realmente reduzido de produções agroecológicas, e como os dados são voltados
448 bem para números é preciso identificar realmente indicadores para realizar esse
449 monitoramento e acompanhamento dos programas. A conselheira Cleuza falou que
450 é preciso identificar uma metodologia que possa acompanhar, de fato, o
451 monitoramento e acompanhamento, sentindo-se pertencente da causa. A
452 frequência de reuniões bimestralmente é um intervalo muito longo, não permite a
453 rápida identificação das lacunas e gargalos de acompanhamento. A participante
454 Camilla ressalta a necessidade de realmente executar a capacitação do Consea/DF

455 – que já está pronta, estruturada e aprovada e ainda não aconteceu e está prevista
456 para 11 a 13 de Abril. Deve-se discutir realmente se esta será uma boa data e um
457 momento adequado para uma capacitação do Consea, já que o mandato dos
458 conselheiros está no fim. Ressalta como é importante realmente ter uma equipe
459 técnica, como a RAIS, projeto que surgiu de uma vinculação com o Nusan/CO, para
460 apoiar os processos de trabalho da SE do Consea. O conselheiro André falou que
461 realmente a Capacitação já está em momento tardio para esta gestão. Mas não
462 significa que estes conselheiros não serão os da próxima gestão. Trouxe ainda que
463 se excluiu de todos os GTs, porque não enxergava como poderia contribuir nas
464 discussões que são mais específicas. Sugere que deveria ter um auxílio técnico para
465 as pessoas da sociedade civil que não têm um conhecimento mais profundo sobre o
466 tema, para que assim os conselheiros se sintam mais a vontade para participar dos
467 GT e trazerem considerações. A conselheira Caetana sugere que a capacitação do
468 Consea/DF vá além da exposição teórica, porque isso pode ser mais facilmente
469 encontrado, mas sim partir para as questões mais práticas. Propõe também que
470 cada conselheiro visite as associações de mães, para promover a Alimentação
471 Adequada e Saudável, conectada a uma práxis. A conselheira Mara disse que a
472 criação de grupos temáticos viria realmente auxiliar aos demais grupos e aos
473 indivíduos que não detém o conhecimento técnico. A conselheira sugere que possa
474 haver a divisão entre os as discussões e o olhar mais técnico e objetivo. Deveria ter
475 realmente grupos temáticos que pudessem assessorar aos demais. A conselheira
476 Anelise sugeriu aproveitar o tempo melhor dos intervalos que existe. Afinal não vai
477 conseguir resolver todas as questões dentro das Plenárias. Os GTs devem ser
478 temáticos e depois até podem ser extintos. Mas existem os eixos que são
479 permanentes e devem ser articulados para acontecer o ano inteiro, por isso existe
480 sim a necessidade de se instituir Comissões Permanentes. Por isso, deve-se existir
481 tanto GT como CP, por uma questão de organização do processo de trabalho do
482 Consea/DF trazendo um maior empoderamento, inclusive para os conselheiros.
483 Complementando as abordagens trazidas pela Camilla, a intenção da capacitação é
484 justamente essa de trazer à prática um processo mais coletivo de monitoramento e
485 acompanhamento da execução das políticas e programas de SAN. É trazer o
486 empoderamento dos Conselheiros. A conselheira Marília acredita que o Consea/DF
487 já avançou bastante, afinal está sendo discutido nas plenárias, justamente os
488 processos de trabalho. Uma observação que faz é que a sociedade civil tem
489 participado mais presencialmente das plenárias, entretanto o governo tem se
490 aproximado das plenárias que mais lhes interessam, de forma geral, justamente
491 em um espaço que a sociedade civil e o governo devem estar debatendo e
492 participando conjuntamente. Marília tem dúvidas se devam realmente existir

493 comissões Permanentes no Consea/DF devido ao tempo de trabalho. Dillian
494 trazendo a temática capacitação mencionada pelo conselheiro André, acredita que
495 deva existir uma auto capacitação do grupo, enquanto coletividade. Para isso
496 então, os conselheiros devem ter interesse pelo tema e procurar se capacitar e
497 empoderar sobre as temáticas. Sugere que o ideia deve ser uma plenária de dia
498 todo, com intervalo bimestral. Ou então manter a duração de meio período com
499 uma frequência de 45 e 45 dias. O grupo de e-mail do Consea deve ser utilizado
500 para compartilhar e atualizar o grupo como um todo a respeito das discussões dos
501 GTs. O conselheiro Rafael falou que deve-se realmente instituir comissões
502 permanentes e grupos de trabalho no Consea. Outra questão é o apoio ao Consea
503 – orçamentário, por exemplo, a não existência de motorista para a secretaria
504 executiva. Deve-se manter a periodicidade bimestral das plenárias com duração de
505 um dia inteiro. A conselheira Socorro fez breve avaliação do ano de 2013 que foi
506 bastante produtivo já desde o momento em que a presidência do Consea/DF passa
507 a ser ocupada pela sociedade civil. A questão do orgânico é realmente uma questão
508 relevante e que está em processo lento de implementação dentro do governo. A
509 sugestão é de que as plenárias sejam mensais e de com duração de um dia.
510 Cobrança mais rígida do Regimento Interno do Conselho, que seja realmente
511 levado a sério a orientação a respeito da presença dos conselheiros. A conselheira
512 Elisabetta disse que não se pode esquecer jamais que a importância do Consea é
513 reunir os movimentos sociais com os técnicos. Seria uma perda de riqueza
514 homogeneizar os debates dentro do Conselho, configurando um agrupamento de
515 indivíduos puramente técnicos. Cada um deve, portanto, trazer a sua riqueza para
516 esse espaço, afinal a participação de todos os conselheiros no Consea/DF é
517 legítima. O conselheiro Elias sente que já aprendeu muito participando deste
518 espaço de debate. Todos os conselheiros estão aqui para aprender, como foi
519 colocado pela conselheira Elisabetta. Uma sugestão é aumentar o número de visitas
520 nas comunidades tradicionais, para conhecer a diversidades dos povos. A
521 conselheira Marília dando prosseguimento ao debate dos processos de trabalho,
522 disse que é necessário que haja um interlocutor junto ao gabinete do governador. É
523 assim que tem funcionado no CONSEA/Nacional, é importante, então construir esse
524 ponto. A frequência bimestral deve permanecer bimestral a fim de manter a
525 qualidade das reuniões, que necessitam haver um intervalo para reflexão e estudo
526 dos Conselheiros. Devem-se aprovar temas estratégicos e instituir os GTs para
527 discutir esses temas. Acredita que assim será mais democrático e mais dinâmico.
528 Compartilhamento de informações, disponibilizando as informações técnicas para
529 que os conselheiros possam realizar um adequado monitoramento e controle das
530 ações, programas e políticas públicas. O conselheiro Teixeira concorda com as

531 conselheiras Elisabetta e Marília a respeito de reestruturação da secretaria-
532 executiva do Consea. E deve-se tentar conciliar a existência de GTs para as
533 discussões de questões mais rápidas e grupos permanentes que tivessem o
534 objetivo de promover as discussões e estudos mais aprofundados e sobre temas
535 que exigem um estudo mais demorado. A conselheira Elisabetta passou a síntese.
536 Primeiro grande ponto abordado como proposta de encaminhamento é a questão da
537 reestruturação da secretaria executiva e de um núcleo técnico de apoio e auxílio.
538 Segundo ponto é a necessidade de se pensar uma forma de organização do Consea
539 que possibilite a reflexão sobre os diversos temas e possibilite um adequado e
540 efetivo monitoramento das políticas públicas. Outra dimensão de monitoramento é
541 o PDSAN, além das demandas geradas pelo Consea. O importante é pensar como
542 gerar processos de trabalho que tenham maior sistemática. Foi levantada, ainda
543 dentro dessa temática, a participação esvaziada das plenárias e de certas
544 entidades, deve-se trazê-las de volta ao debate, caso não se consiga é interessante
545 substituí-la. A Conselheira Anelise se propôs a trazer logo no início dos trabalhos de
546 2014, uma possível metodologia orgânica para o Consea. Deve-se votar a
547 frequência e duração das plenárias. O terceiro ponto trazido é a questão da
548 Capacitação dos conselheiros, que deve ser acompanhado de um processo
549 permanente dos próprios conselheiros de se capacitarem. O quarto ponto é a
550 organização da próxima plenária, do ano de 2014. A qual deverá trazer a proposta
551 do Núcleo que se propôs a estruturar uma metodologia para organização de
552 trabalho do Consea/DF e monitorar suas ações e o PDSAN; o conselheiro que tiver
553 uma proposta de estrutura, também deverá trazer suas contribuições. Ressaltou-se
554 a importância de instituir temas mais permanentes de discussão para o Conselho.
555 Conclusões e os encaminhamentos: Encaminhar ao Secretário (SEDEST) o apoio
556 administrativo necessário à SE-Consea/DF; Organização das Plenárias de forma
557 bimestral com duração de dois turnos. As reuniões continuarão acontecendo às
558 quintas-feiras, como ocorre atualmente. O local será inicialmente no Auditório da
559 SEDEST localizada na 509 Norte; Criação do GT para organizar a primeira Plenária
560 de 2014, junto à secretaria-executiva do Consea e ao Núcleo de Pesquisa da
561 Conselheira Anelise Rizzolo, composto por: Mara, Dillian, Elias, Anelise (e o Núcleo
562 de Pesquisa o qual coordena), Socorro e Secretaria-Executiva; Processo
563 permanente de formação dos conselheiros e, neste sentido, executar a Capacitação
564 já pronta; Maior articulação com a Caisan/DF, e Instituição de um GT de
565 Monitoramento do PAA, este ficou formado por: secretaria executiva do Consea-DF,
566 Teixeira, Marlete, Rita, Rafael e Socorro e um representante da Subsna. Hérmanos
567 comunicou o intervalo para o almoço. Após o almoço, o secretário Daniel Seidel
568 esteve presente à reunião e falou sobre o termo de adesão ao PAA, da importância

569 do Conselho nesse processo, falou das dificuldades de orçamento para a Sedest
570 previsto para 2014 e ouviu o questionamento da presidenta do Consea-DF, Abiail
571 Ferreira, sobre a participação e presença nas plenárias das Secretarias de Estado; e
572 a conselheira Elizabetta Recine relatou ao secretário algumas deliberações, dentre
573 elas o fortalecimento da secretaria executiva do Consea, para que haja um melhor
574 assessoramento aos trabalhos deste conselho. Foi dado início ao Encontro
575 Preparatório para 4ª Conferência + 2, com a abertura e contextualização feita por
576 Elizabetta Recine. O Encontro Preparatório Distrital para o Encontro Nacional: 4ª
577 Conferência + 2, planejada e coordenada pelo Grupo Técnico de Preparação do
578 Encontro, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Distrito Federal –
579 CONSEA/DF, foi iniciada às 14h00 do dia 28 de novembro de 2013, com saudação
580 inicial da coordenadora do Grupo Técnico de Preparação do Encontro Preparatório
581 Distrital, Dra. Elizabetta Recine. Primeiramente, a coordenadora sugeriu uma
582 alteração na metodologia da oficina, que foi aceita por todos os representantes
583 presentes, com o objetivo de adequar a quantidade de participantes à metodologia
584 planejada. Sendo assim, ao invés da formação de pequenos Grupos de Trabalho,
585 organizou-se um Grupo de Trabalho ampliado, com a participação de todos. Em
586 seguida, os pontos de pauta foram reformulados, objetivando maximizar o tempo
587 destinado ao Encontro Preparatório e adequar a pauta encaminhada anteriormente
588 aos conselheiros. Definiu-se, portanto, realizar uma conversa aberta sobre os
589 desafios em relação à SAN; uma apresentação sucinta dos desafios em SAN –
590 Resumo do Capítulo de Desafios do PDSAN; e Eleição de Delegados para o Encontro
591 Nacional: 4ª Conferência + 2. Ressalta-se que a formação do Grupo de Trabalho
592 para revisão da Lei nº 8045/2008, referente à Política Distrital de SAN, foi
593 reagendada para a Primeira Plenária do CONSEA/DF, a ocorrer no dia 30 de Janeiro
594 de 2014. A princípio, os conselheiros governamentais e da sociedade civil
595 apresentaram os desafios em SAN vivenciados a partir da sua ótica. Dentre eles,
596 destacou-se o combate ao crescimento da obesidade e demais Doenças Crônicas
597 Não Transmissíveis (DCNT); os empecilhos orçamentários e contratuais para
598 fornecimento de refeições para os Restaurantes Comunitários do DF; o combate à
599 fome dentro do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal; o combate às altas
600 taxas de desperdício de alimentos; a ausência de Educação Alimentar e Nutricional
601 e a baixa qualidade das refeições servidas nas escolas; a dificuldade de implantação
602 e manutenção de hortas escolares; a escassez de produção de conhecimento sobre
603 a realidade do DF pelas Universidades presentes na região; o monitoramento do
604 orçamento das políticas públicas em SAN; o desvio de função do profissional em
605 nutrição e o monitoramento de seu trabalho pela sociedade civil; e a crescente
606 publicidade de alimentos industrializados e o controle social. Após essa discussão,

607 foi apresentado um breve resumo dos Desafios em SAN apontados pelos gestores
608 do GDF e membros da sociedade civil no Plano Distrital de Segurança Alimentar e
609 Nutricional, publicado e lançado no dia 23 de outubro de 2013, pelas nutricionistas
610 Bruna Nunes e Giselle Garcia, integrantes do Núcleo de Segurança Alimentar e
611 Nutricional do Centro-Oeste/Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e
612 Nutricional, que participaram do processo de construção deste Plano durante o ano
613 de 2013. Em relação à Agricultura e Desenvolvimento Rural, apontou-se a
614 dificuldade da garantia de continuidade e a alocação de recursos em políticas
615 públicas de SAN, o fortalecimento da Agricultura Familiar, o acesso a terra, à
616 irrigação, à tecnologia e à mecanização e, por fim, o desenvolvimento territorial e
617 regional. No que tange à Educação, destacou-se a produção insuficiente de
618 alimentos para atender todas as escolas dentro do Programa de Alimentação
619 Escolar do DF, devido à baixa organização dos agricultores em cooperativas e
620 associações e à burocracia dos processos licitatórios, a garantia de integração da
621 temática de EAN no projeto político-pedagógico das escolas, a necessidade de
622 aquisição de equipamentos e utensílios adequados. Quanto à Educação,
623 destacaram-se as dificuldades administrativas atreladas ao tempo despendido nos
624 processos licitatórios para a aquisição dos gêneros alimentícios, constituindo como
625 um importante desafio, a criação de ferramentas que deem celeridade ao processo
626 de aquisição. Ressaltou-se ainda, a necessidade de se avançar na implementação
627 do programa de alimentação complementar nas escolas situadas em áreas de
628 vulnerabilidade social, bem como a realização de um monitoramento a fim de
629 avaliar o seu impacto a médio e longo prazos. Diante da dimensão da Educação
630 Alimentar e Nutricional, salientou que se integrasse um projeto político-pedagógico
631 que fosse amplo e intersetorial. Foram ainda lembradas questões como: a
632 dificuldade no processo de elaboração das refeições; a troca, adequada à realidade
633 local, dos equipamentos e utensílios, às vezes insuficientes; itens diretamente
634 relacionados às boas práticas de fabricação; e ações de promoção de EAN. No que
635 diz respeito ao Desenvolvimento Social, apresentou-se como desafio a instituição
636 de um processo participativo de revisão e construção da Política Distrital de SAN, a
637 incorporação de alimentos oriundos da Agricultura Familiar nos programas e
638 equipamentos de SAN, a implementação de ações do Plano de EAN/SEDEST, a
639 adequação do planejamento das ações de EAN à realidade local e o mapeamento
640 dos programas e ações de SAN sob o ponto de vista da exigibilidade do DHAA. Em
641 relação à Infância e Adolescência, apontou-se a reestruturação do Sistema
642 Socioeducativo do DF, a necessidade de educação e profissionalização dos
643 adolescentes para reintegração à sociedade, a melhoria da qualidade das refeições
644 servidas, a capacitação de servidores e socioeducandos, a implementação do Plano

645 de EAN, o mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional e a melhoria da
646 infraestrutura e dos equipamentos das Unidades. Entre os desafios da temática
647 Saúde, foram abordados a necessidade de elaboração e pactuação da Política
648 Distrital de Alimentação e Nutrição, o alcance das metas propostas pelo Programa
649 Saúde na Escola, o mapeamento de programas e ações executados, a revisão de
650 contratos de fornecimento de alimentos nas unidades hospitalares. Para a
651 Promoção da Igualdade Racial, foram apontados desafios como o mapeamento das
652 comunidades tradicionais de terreiros; a inclusão produtiva das comunidades
653 tradicionais, bem como sua própria inclusão nos programas sociais; adoção de
654 medidas que venham a valorizar sua cultura e a garantir a participação na
655 implementação e monitoramento de políticas públicas; o cadastramento das
656 comunidades tradicionais no Cadúnico; e, por fim, a implantação do Plano Distrital
657 da Promoção e Igualdade Racial. Quanto ao Meio Ambiente, a implementação do
658 Zoneamento Ecológico e Econômico é um grande desafio, seguido da gestão de
659 todos os processos de educação ambiental dos órgãos vinculados; o estímulo ao
660 reuso de águas no Distrito Federal e a busca pelo parâmetros de qualidade, visando
661 a minimizar a utilização de água potável para atividades menos nobres; o
662 saneamento e a gestão dos resíduos sólidos; e a implantação da Política de
663 Resíduos Sólidos no Distrito Federal, já existente. Referente à temática dos
664 Recursos Hídricos, apontou-se dois principais desafios: a permanência do
665 abastecimento público de água, cuja demanda tem sido crescente, e a
666 concessão, sob regulação da Adasa desde 2004, buscando alternativas à oferta
667 e atendimento de água; o outro desafios é no que tange ao setor agrícola, que
668 possui a água como principal matéria-prima. Em síntese, o obstáculo é adotar boas
669 práticas de captação e redução das perdas de água aliada ao incentivo à
670 regularização dos usos, que não ofereça riscos ao abastecimento da população e
671 dos alimentos. No que diz respeito à Geração de Trabalho e Renda estão o incentivo
672 ao fortalecimento das micro e pequenas empresas, dos empreendedores individuais
673 e da economia solidária. O maior desafio da SEMPES para a garantia da SAN é a
674 aprovação dos projetos vinculados ao programa Minha Empresa, Minha Vida, que
675 tem como foco o fortalecimento da geração de emprego por meio do
676 desenvolvimento econômico, inclusive fortalecendo a renda local. Por fim, foram
677 apresentados os desafios do eixo entendido como o principal para o fortalecimento
678 de todas as temáticas anteriormente mencionadas: Eixo de Fortalecimento do
679 SISAN no âmbito do Distrito Federal. O primeiro é centrado na necessidade de
680 fortalecimento das redes de diálogo com as regiões administrativas, a fim de que se
681 possa sensibilizar os gestores e sociedade civil a nível local para o envolvimento
682 com a temática e o cumprimento da pactuação intersetorial, efetivando a Política de

683 SAN do DF; o segundo é o fortalecimento e estruturação das suas instâncias –
684 CONSEA e CAISAN – estreitando o diálogo entre secretarias de estado e sociedade
685 civil organizada; o último, desafios, igualmente importante, é a elaboração e
686 implementação dos mecanismos de exigibilidade do DHAA, fazendo-se necessário
687 estabelecer diálogo com o Ministério Público, Poder Legislativo e Secretaria dos
688 Direitos Humanos. Apresentou-se, ainda, a dificuldade de gestão e execução do
689 orçamento do GDF, apontando-se que o volume orçamentário é insuficiente. Em
690 seguida, refletiu-se que os desafios das Secretarias são comuns, sendo que cada
691 Secretaria deve cumprir as ações propostas no PDSAN, de forma a vencer os
692 entraves que a máquina pública gera. Como não foi apresentado nenhum desafio
693 inusitado, entende-se que a resolução deles é possível. Ressaltou-se, ainda, que o
694 CONSEA/DF deveria se apropriar dos processos internos do governo de forma a
695 auxiliá-lo e se aproximar mais da CAISAN/DF, para que a Câmara possa se
696 legitimar e dar mais velocidade aos processos públicos. Além disso, sugeriu-se que
697 o planejamento do CONSEA/DF deve estar alinhado ao I PDSAN, até 2015, para
698 que haja a incorporação do monitoramento na pauta do CONSEA/DF. Com o
699 encerramento do debate, iniciou-se o processo de eleição dos delegados para
700 participação do Encontro Nacional: 4ª Conferência + 2, a ocorrer entre os dias 18 e
701 20 de março de 2014 em Brasília – DF. A princípio, a coordenadora explicou que
702 havia disponibilidade para 6 delegados, sendo 4 vagas para representantes da
703 sociedade civil (uma destas destinada à Presidente do CONSEA/DF) e 2 vagas para
704 os representantes do governo. Orientou-se que para a eleição, deveria se
705 considerar a presença de representação de povos e comunidades tradicionais e/ou
706 povos vulnerabilizados. Ressaltou-se, ainda, que os delegados eleitos deverão
707 representar todos os outros seguimentos e agendas do CONSEA/DF. Por fim, foram
708 eleitos os conselheiros André Luiz de Souza Santos, Maria de Lourdes Pereira dos
709 Santos e Mara Saleti De Boni como representantes da Sociedade Civil e as
710 Secretarias da Saúde e de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda como
711 representantes governamentais do CONSEA/DF no Encontro Nacional: 4ª
712 Conferência + 2. Terminado a escolha dos delegados, foi encerrado o encontro com
713 a confraternização dos conselheiros.